



Franciscans International

A voice at the United Nations



Franciscans International

Relatório Anual 2024

Imprint

Franciscans International: 37-39 Rue de Vermont, Caixa Postal 104, CH-1211 Genebra 20, Suíça,
+41 22 7 79 40 10, geneva@franciscansinternational.org

Design:  **meinhardt** Verlag und Agentur, Friedrich-Ebert-Straße 16, 65510 Idstein, Alemanha,
T +49 61 26 9 53 63-0, info@meinhardt.info

Tradução por Christiane Bayer

Cover photo: O Frei Michael Flores **OFMCap** e a Franciscans International visitam uma comunidade pesqueira afetada pela produção de gás natural liquefeito nas Filipinas.

Photo p. 5: Franciscans International participa de simpósio sobre ecologia integral no Sienna College (Estados Unidos)

Franciscans International Relatório Anual 2024

Índice

Mensagem do Presidente	4
2024 em números	6
Sobre a Franciscans International	9

Defesa de Direitos em 2024

Cuidar do planeta	10
Povos Indígenas, empresas e direitos humanos	12
Dignidade humana e o fim da impunidade	14

Programas Regionais

África	16
Américas	20
Ásia-Pacífico	22
Europa	26

Relatório financeiro	28
----------------------	----

Ajude-nos a proteger a dignidade humana e o meio ambiente	29
---	----

Equipe de funcionários	30
------------------------	----

Conselho Diretor Internacional	31
--------------------------------	----



/ Mensagem do Presidente /

Caros amigos,

Que o Senhor lhe dê paz! Em nome do Conselho Internacional de Diretores e da equipe da Franciscans International, tenho o prazer de apresentar nosso Relatório Anual de 2024. Neste documento, você encontrará não apenas uma visão abrangente do nosso trabalho, mas também depoimentos da Guatemala, das Filipinas, de Madagascar e do Reino Unido.

Esses relatos retratam tanto o ministério das irmãs e irmãos franciscanos, assim como de outros companheiros de jornada que se recusam a permanecer em silêncio diante da injustiça, quanto o crescimento da FI como organização, que em 2024 recebeu parceiros de quatro continentes nas Nações Unidas. Gostaria de expressar minha profunda gratidão à nossa equipe e às nossas irmãs e irmãos da base, sem os quais o nosso trabalho não seria possível. Juntos, continuamos a construir sobre a pedra fundamental do nosso ministério: aproximar as comunidades locais e marginalizadas dos formuladores de políticas internacionais.

Um exemplo desse trabalho é a publicação sobre o direito a um meio ambiente saudável, desenvolvida pela FI em colaboração com Astrid Puentes, uma renomada advogada de direitos humanos que atualmente atua como Relatora Especial da ONU para o meio ambiente. O reconhecimento de um meio ambiente saudável como um direito humano foi uma conquista fundamental para a FI, que integrou uma coalizão internacional agraciada com o prestigioso Prêmio de Direitos Humanos da ONU por seus esforços em prol desse objetivo. No entanto, esse nunca foi o nosso destino final.

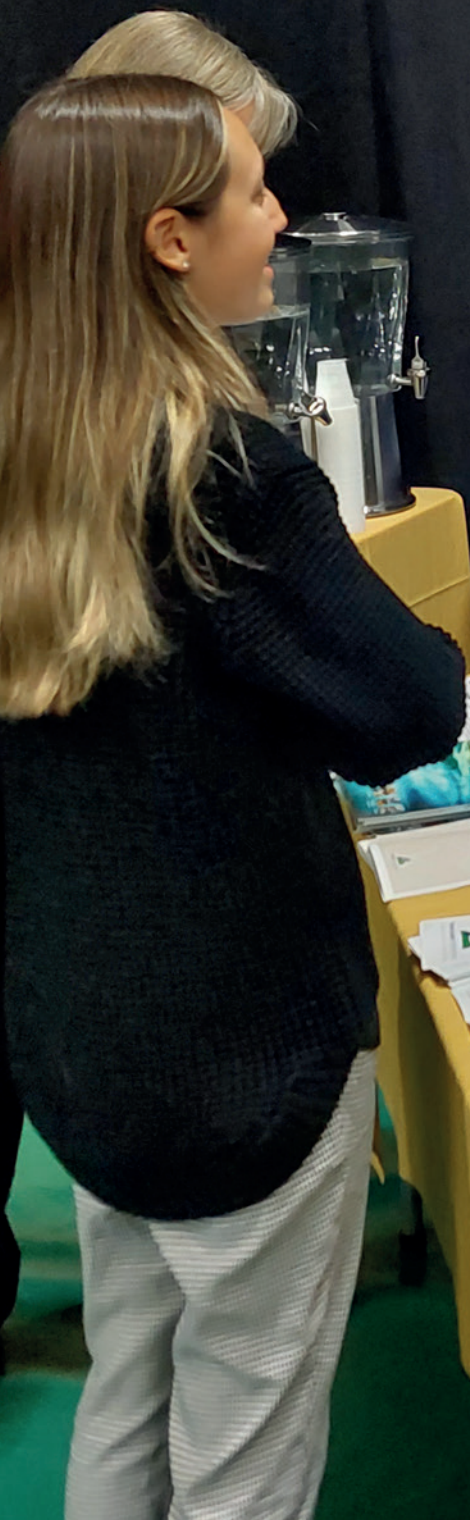
O direito a um meio ambiente saudável seria destituído de sentido se não fosse efetivado e defendido. É por isso que conversamos com franciscanos que estão atuando ativamente na proteção da nossa Casa Comum. Nossa publicação reúne os aprendizados que eles adquiriram em ferramentas que outras comunidades afetadas podem utilizar para se posicionar nas Nações Unidas. Ao nos prepararmos para celebrar os 800 anos do Cântico das Criaturas, esta é uma das formas pelas quais a FI garante que as decisões tomadas nas Nações Unidas não sigam um caminho de mão única.

Nada desse trabalho seria possível sem vocês. Somos profundamente gratos a todos que apoiam a FI por meio de orações, esforços e doações financeiras. Seu apoio continua sendo essencial para levar a mensagem franciscana de dignidade, cuidado e compaixão à comunidade internacional.

Em um momento em que os direitos humanos e o trabalho humanitário voltaram a ser alvo de ataques, devemos permanecer firmes e nos inspirar nos ensinamentos de São Francisco e Santa Clara para influenciar os debates e as políticas globais. A ONU continua sendo o principal fórum onde a comunidade internacional pode se reunir em diálogo e buscar soluções comuns para um mundo mais justo e equitativo. Nestes tempos difíceis, os valores que orientam a Família Franciscana continuam tão relevantes quanto sempre foram para toda a comunidade da Terra: A FI estará presente para promover a dignidade humana, o cuidado com a criação, o diálogo e a paz.

Fraternalmente,

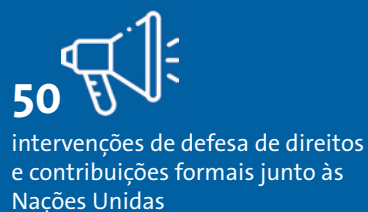
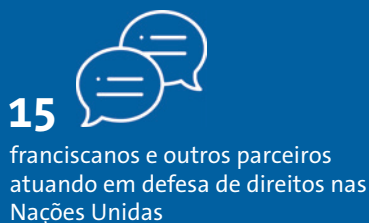
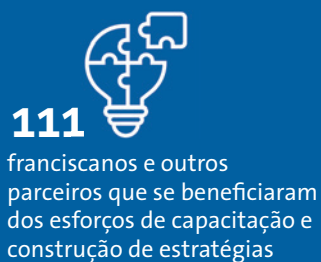
Michael A. Perry OFM
Presidente do Conselho Internacional de Diretores



/ 2024 em números /

Empoderar

Influenciar



Chamar a atenção

Prevenir novas violações

Exercer pressão por mudanças

/ Our focus /



Justiça
Ambiental



Setores
extrativistas



Defensores dos
direitos humanos



Povos
indígenas



Paz e conflito



Liberdades de reunião
e expressão



Grupos
marginalizados

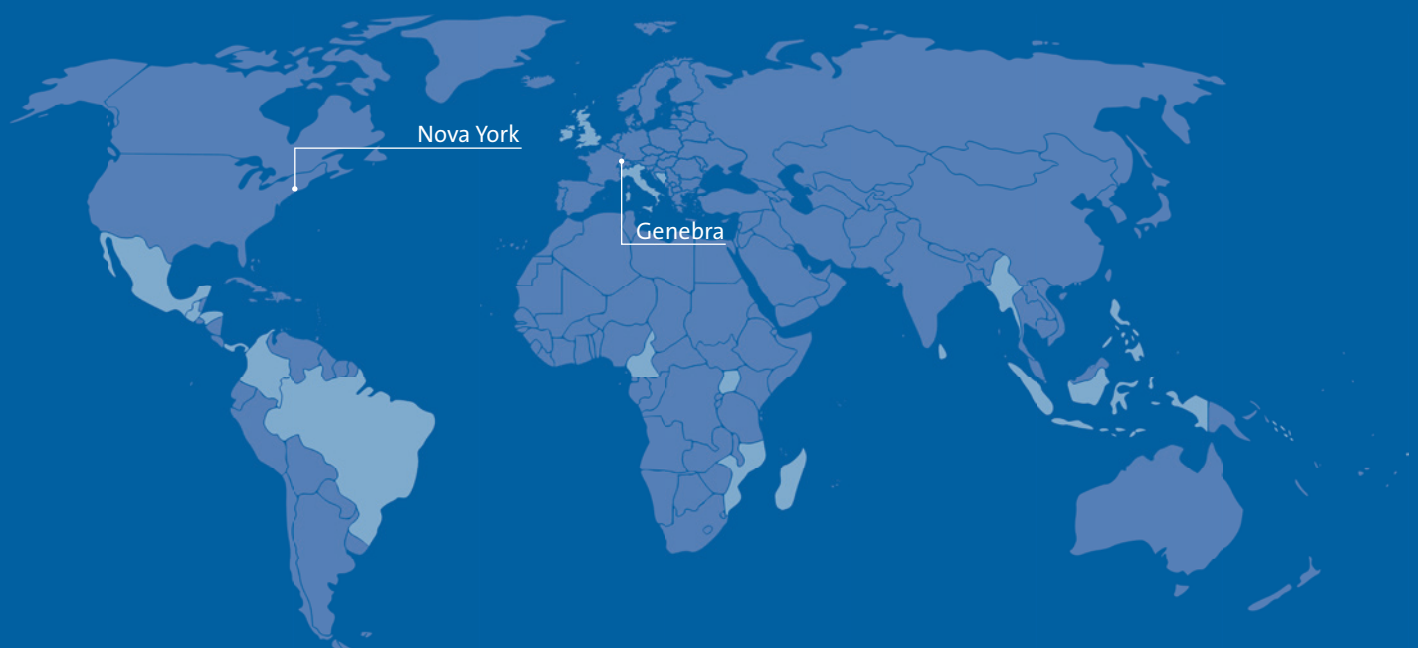


Migração e
deslocamento



Direitos à água e ao
saneamento

/ Onde trabalhamos /





SOMOS COMUNIDAD

LIBERTAD

IS HAND

Inclusión

Equidad

cultura

La Flor

Dignidad

WFP
305
DAY

/ Sobre a Franciscans International /

Franciscans International é uma organização não governamental com Status Consultivo Geral junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. No centro de nossa missão está a crença na dignidade de todas as pessoas, que é vivenciada em nosso compromisso de proteger e preservar os direitos humanos e o meio ambiente.

Desde a nossa fundação em 1989, realizamos ações de defesa em conjunto com os franciscanos e em seu nome, com o objetivo de prevenir, denunciar e responder a violações de direitos humanos, por meio do uso estratégico dos mecanismos e processos das Nações Unidas. Fazemos isso levando os formuladores de políticas internacionais casos de discriminação e violência cometidos contra indivíduos e grupos em situação de marginalização, influenciando assim os processos decisórios e de definição de normas das Nações Unidas em diversas temáticas e países.

Seguindo sua espiritualidade e valores baseados na simplicidade, fraternidade, paz e cuidado com a criação, os franciscanos frequentemente vivem e atuam junto a grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade, conquistam sua confiança e estão entre aqueles que mais conhecem suas preocupações. Ao fazerem isso, muitos franciscanos se tornam defensores dos direitos humanos, e a FI atua como sua voz nas Nações Unidas.

Com escritórios em Genebra e Nova Iorque, a FI atua sob o patrocínio da Conferência da Família Franciscana (CFF), que representa os diversos ramos da Família Franciscana. Os Ministros Gerais da Ordem dos Frades Menores (OFM), dos Conventuais (OFMConv), dos Capuchinhos (OFMCap), da Terceira Ordem Regular (TOR), da Ordem Franciscana Secular (OFS) e o Presidente da Conferência Franciscana Internacional das Irmãs e Irmãos da Terceira Ordem Regular (IFC TOR), juntamente com o Conselho Internacional de Diretores, que também inclui um representante da Sociedade Anglicana de São Francisco, colaboram com a equipe da FI para garantir que a organização apoie e preserve o compromisso da Família Franciscana com a justiça e a paz em todo o mundo.

Um mural no bairro La Honda, em Medellín (Colômbia), onde frades franciscanos apoiam comunidades migrantes da Venezuela.

/ Defesa de Direitos em 2024 /

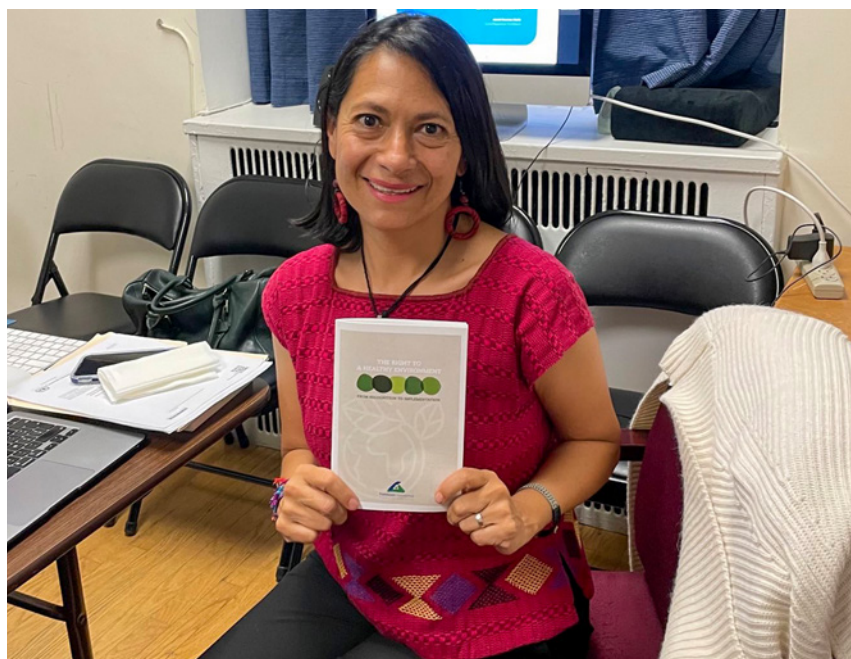
Em 2024, a Franciscans International aprofundou seu trabalho com parceiros franciscanos ao redor do mundo para levar às Nações Unidas (ONU) as vozes das comunidades afetadas por violações de direitos humanos. Embora cada contexto seja único, os desafios de direitos humanos enfrentados pelos povos atendidos por irmãos e irmãs franciscanos frequentemente fazem parte de problemas globais e interconectados. Ao criar pontes entre a base e o sistema das Nações Unidas, contribuimos para a construção de soluções justas, coletivas e baseadas em direitos. Em um ano marcado por crescentes tensões geopolíticas, retrocessos democráticos e impactos climáticos cada vez mais graves, mantivemos nosso compromisso de promover a responsabilização e garantir que as vozes das pessoas marginalizadas sejam ouvidas por aqueles que ocupam posições de poder.

Cuidar do planeta

Em todo o mundo, as comunidades já marginalizadas estão entre as mais afetadas pela tripla crise planetária da poluição, das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade, e suas vozes são muitas vezes as menos ouvidas nos debates globais sobre formulação de políticas. Em 2024, a Franciscans International continuou a levar às Nações Unidas as realidades cotidianas, boas práticas e chamados à ação das comunidades locais. Nossas declarações e contribuições a diversos mecanismos da ONU apresentaram casos concretos trazidos por nossos parceiros, do Brasil e da América Central a Madagascar e às Filipinas. Da mesma forma, os esforços coletivos por meio da sociedade civil e de alianças de base religiosa fortaleceram as conexões entre os direitos humanos e as questões ambientais ao destacar experiências concretas e casos levantados a partir da realidade das comunidades locais.

Quase cinco décadas em construção, o reconhecimento global em 2021 do direito humano a um meio ambiente saudável foi uma conquista importante para a FI e para outros defensores da justiça ambiental. Agora, estamos concentrando nossos esforços em garantir que esse direito seja plenamente implementado e que aqueles que o violam sejam responsabilizados. Em setembro, lançamos “O Direito a um Ambiente Saudável: “Do reconhecimento à implementação”, um novo recurso para ajudar as comunidades de base afetadas a compreenderem melhor e monitorarem como o direito a um meio ambiente saudável pode ser efetivado. Baseado em experiências, boas práticas e estratégias compartilhadas por parceiros

Astrid Puentes, a atual Relatora Especial da ONU sobre meio ambiente, com a mais recente publicação da Franciscans International.



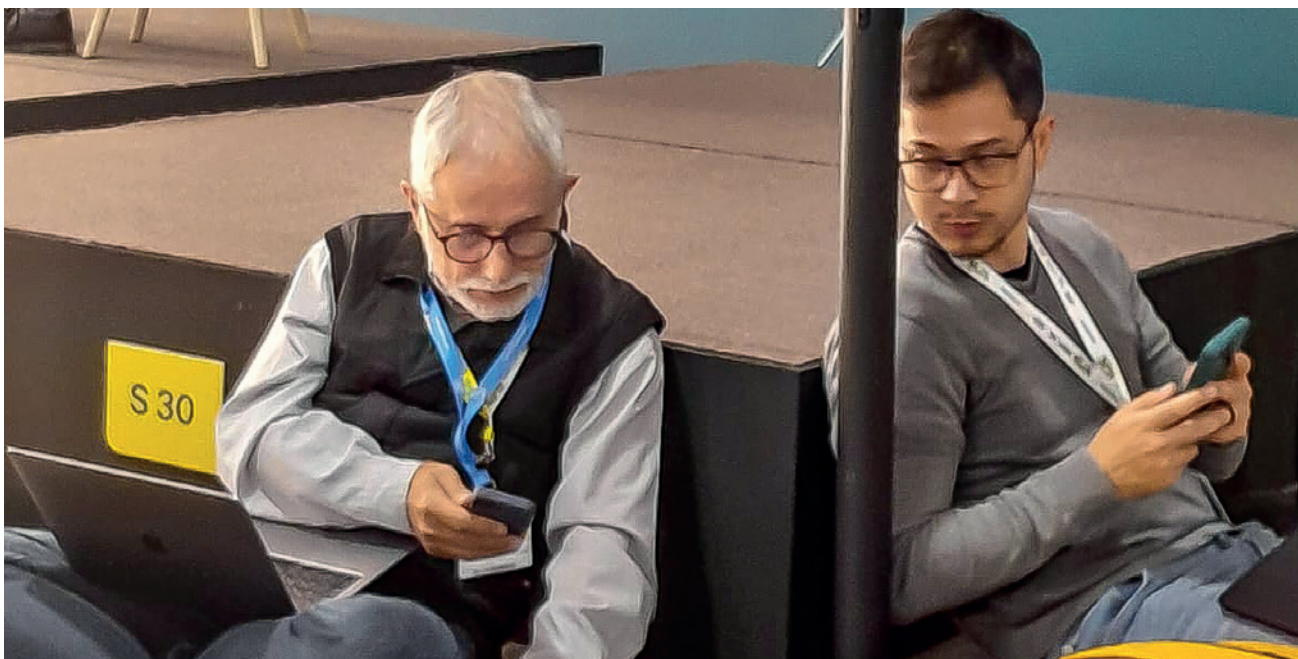
atuantes no nível local durante uma oficina da FI em 2023, este recurso prático analisa lições aprendidas e propõe abordagens para enfrentar os principais desafios na promoção e na defesa do direito a um meio ambiente saudável.

Juntamente com outras organizações de base religiosa, a FI também assumiu a liderança em dar visibilidade à questão das perdas e danos não econômicos (NELD) nos espaços das Nações Unidas. Uma questão de política relativamente recente, as perdas e danos não econômicos (NELD) consideram os impactos das mudanças climáticas que não são facilmente quantificáveis em termos econômicos, mas que ainda assim afetam de forma concreta os direitos humanos e o bem-estar, por exemplo, a perda de território, patrimônio cultural, identidade ou língua. Com raízes profundas e duradouras nas comunidades afetadas, as organizações de base religiosa estão especialmente posicionadas para enfrentar a questão das perdas e danos não econômicos (NELD) e apresentar casos concretos e locais dos impactos devastadores dessas perdas.

Um estudo do Fórum Inter-religioso de Genebra sobre Mudança Climática, Meio Ambiente e Direitos Humanos (GIF), cofacilitado pela FI, analisou essas experiências diretas para oferecer uma compreensão mais abrangente. Apresentamos nossas descobertas durante dois eventos paralelos durante várias sessões da ONU, trazendo uma perspectiva de direitos humanos para essa questão. A FI também coorganizou um evento paralelo sobre perdas e danos não econômicos (NELD) durante a 56ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, como parte dos nossos esforços para integrar essa questão aos debates mais amplos sobre mudança climática no âmbito das Nações Unidas.

Promover uma abordagem fundamentada nos direitos humanos para as perdas e danos não econômicos (NELD) também esteve entre as prioridades da delegação da FI na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP29), realizada no Azerbaijão, dando seguimento à criação do Fundo de Resposta a Perdas e Danos durante a COP28 em Dubai. Coorganizamos dois eventos paralelos relacionados, voltados para discutir formas de proteger os direitos das comunidades afetadas e captar toda a extensão dos danos que vão além das perdas materiais e financeiras. Com o objetivo de ampliar a promoção do cuidado com a nossa Casa Comum, coorganizamos o tradicional Diálogo Inter-religioso Talanoa e conduzimos uma série de conversas franciscanas online sobre mudanças climáticas. Como parte do Apelo Inter-religioso à Ação da COP29, a FI enfatizou a necessidade de uma ação climática urgente, incluindo a eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

Irmão Rodrigo Peret OFM e Igor Bastos do Movimento Laudato Si' durante a Conferência do Clima da ONU em Baku.



Povos indígenas, empresas e direitos humanos

Atividades empresariais não controladas têm causado um impacto cada vez mais negativo não apenas sobre o meio ambiente, mas também sobre o exercício de um espectro mais amplo de direitos humanos. Em uma economia global, onde as operações corporativas frequentemente transcendem as fronteiras nacionais, a responsabilização por violações de direitos humanos cometidas por empresas continua sendo uma preocupação urgente. Em 2024, a Franciscans International deu continuidade à sua participação no grupo de trabalho intergovernamental de composição aberta (IGWG) sobre empresas transnacionais e outras empresas comerciais, atuando junto a coalizões da sociedade civil em defesa de um tratado sólido e juridicamente vinculante para regulamentar as atividades empresariais com base no direito internacional dos direitos humanos.

Apesar dos atrasos processuais e das tentativas de interesses corporativos de dominar o processo, a décima sessão do IGWG em dezembro registrou avanços nas negociações, com amplo reconhecimento da necessidade urgente de padrões internacionais mais rigorosos para regular a conduta das empresas transnacionais. Ao longo do ano, a FI se preparou para a sessão por meio de várias declarações durante debates relevantes da ONU, participando da reunião entre sessões do IGWG e organizando eventos paralelos, especialmente durante a Comissão da ONU sobre a Condição da Mulher. Durante a própria sessão do IGWG, lideramos e participamos de intervenções que destacaram a importância de prevenir danos ambientais e violações de direitos humanos, garantir a responsabilização jurídica rigorosa e proteger os direitos dos indivíduos e comunidades afetados.

A atuação da FI em defesa de maior responsabilização corporativa por meio do IGWG e de outros mecanismos da ONU é impulsionada pelo trabalho de parceiros de base, que identificam questões de direitos humanos que afetam as comunidades locais e documentam violações e abusos. Em alguns casos, isso implica aumentar



a conscientização acerca de situações que estão em andamento. Por exemplo, no Conselho de Direitos Humanos em setembro, destacamos as diferentes formas pelas quais a exploração de gás natural liquefeito continua a deslocar comunidades e alimentar uma crise de direitos humanos no norte de Moçambique. Em outras situações, os franciscanos apoiam comunidades que buscam responsabilização e reparações por violações passadas. Foi o caso em abril, quando recebemos um Frade Menor do Brasil para compartilhar testemunhos com os Relatores Especiais sobre os direitos à saúde, a um meio ambiente saudável e aos resíduos tóxicos, relacionados aos impactos devastadores e contínuos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em 2015.

Os povos indígenas estão particularmente expostos a tais violações de direitos humanos e às consequências da impunidade corporativa mais ampla. Os direitos dos povos indígenas de possuir, usar e controlar suas terras ancestrais são frequentemente violados em decorrência de atividades agrícolas em grande escala, extrativas e, cada vez mais, relacionadas à energia limpa. Em contribuições apresentadas aos Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais da ONU, a FI solicitou maior responsabilização do governo da Indonésia em relação ao Projeto Nacional Estratégico de Merauke, em Papua Ocidental, que confiscou terras tradicionais dos povos indígenas papuanos para o desenvolvimento das indústrias de cana-de-açúcar, arroz e outras. Também recebemos parceiros da Guatemala nas sessões do Conselho de Direitos Humanos para destacar questões relacionadas ao deslocamento forçado de comunidades indígenas, ao uso não consensual e à contaminação da água, além da degradação ambiental de suas terras causada por operações de mineração.

Durante a 23ª sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, os relatos diretos de violações de direitos humanos cometidas por empresas foram um tema recorrente. A FI, como parte do Grupo de Trabalho sobre Mineração, facilitou encontros como um diálogo matinal e uma conversa Norte Sul para



Participante indígena durante evento paralelo no Fórum de Paz e Segurança das Nações Unidas

que participantes indígenas compartilhassem como suas terras e modos de vida estão ameaçados pelas atividades empresariais e pelas mudanças climáticas. Em parceria com a Aliança de Tratados dos Estados Unidos e o Grupo de Trabalho sobre Mineração, a FI organizou eventos paralelos para debater estratégias voltadas ao fortalecimento da ação coletiva por instrumentos de responsabilização mais robustos, bem como ao apoio à autodeterminação de jovens representantes indígenas.

Dignidade humana e o fim da impunidade

Franciscanos ao redor do mundo acompanham indivíduos e comunidades cujos direitos fundamentais são negados e cuja dignidade está sob ameaça. Um dos pilares centrais do trabalho da Franciscans International é a atuação junto aos mecanismos da ONU para pôr fim à impunidade e garantir a responsabilização quando os direitos humanos são violados. Isso pode se concretizar por meio da garantia de que as leis e medidas de proteção existentes sejam efetivamente aplicadas e executadas. Por exemplo, em Uganda, a FI ouviu as preocupações de parceiros sobre a falta de aplicação das disposições legais contra o tráfico de pessoas e o casamento infantil, assim como o retrocesso do governo na proteção dos direitos das crianças. Com base em ações anteriores de defesa coletiva, a FI apresentou contribuições aos mecanismos da ONU sobre essas e outras questões relacionadas. Ficamos encorajados pelo fato de que o Comitê sobre os Direitos da Criança solicitou o acompanhamento de várias medidas para proteger os direitos de mulheres e meninas.

Em outros contextos, a FI concentrou-se em garantir a responsabilização por violações passadas de direitos humanos, ao mesmo tempo em que identificava ataques contínuos à dignidade humana. Continuamos a chamar a atenção no Conselho de Direitos Humanos para a situação de impunidade em relação a execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e sequestros nas Filipinas. Essas práticas continuam apesar da declaração do atual governo de encerrar a chamada “guerra às drogas”, durante a qual mais de 30.000 pessoas, majoritariamente de comunidades pobres, foram mortas. A FI pediu uma avaliação independente do Programa Conjunto de Direitos Humanos estabelecido pela ONU ao término de sua implementação e uniu-se a outras organizações para manifestar preocupações quanto à falta de credibilidade do órgão de acompanhamento criado pelo governo.

A delegação franciscana à Comissão sobre o Status da Mulher fora da ONU em Nova York



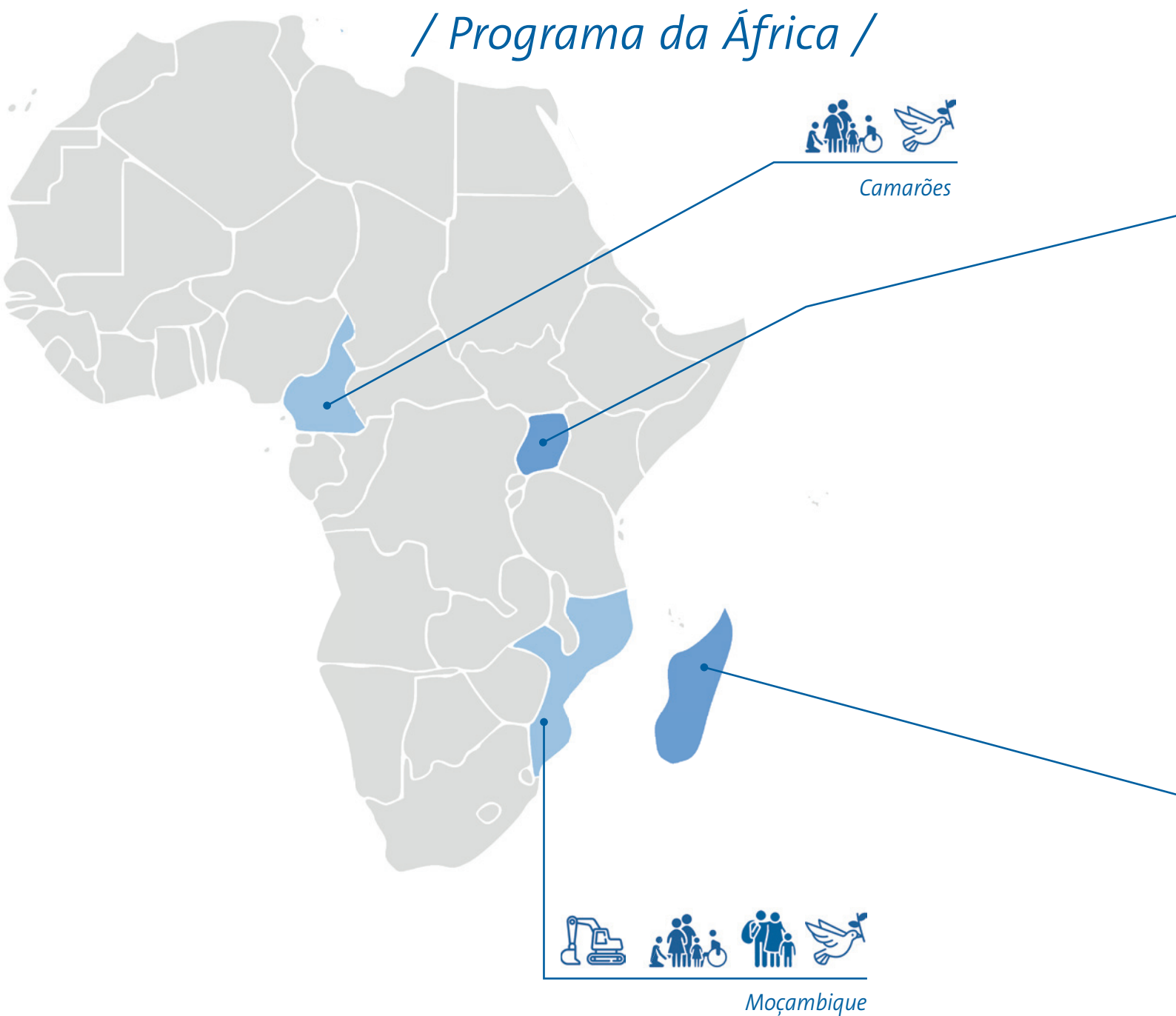


Uma representante da sociedade civil local faz uma apresentação durante uma oficina da Franciscans International em Kampala, Uganda.

Os franciscanos têm uma longa história de defesa dos direitos humanos de migrantes e outras pessoas que fogem da pobreza, da insegurança, da perseguição ou das mudanças climáticas. A FI atua para garantir que os órgãos da ONU ouçam as experiências das pessoas em movimento, que enfrentam políticas, práticas e atitudes hostis, e tomem medidas concretas. A FI atua para garantir que os órgãos da ONU ouçam as experiências de pessoas em situação de migração, que enfrentam políticas, práticas e atitudes hostis, e tomem medidas concretas. Reconhecendo que a questão da migração na Europa é muito mais ampla, unimo-nos aos esforços franciscanos em nível regional. Participamos do planejamento estratégico da recém-criada Rede Franciscana do Mediterrâneo durante uma oficina em Marrocos.

A FI também continuou sua estreita colaboração com a Rede Franciscana para Migrantes (RFM) nas Américas, com o objetivo de fortalecer a capacidade de incidência e chamar a atenção da ONU para a situação dos migrantes na região, que são forçados, por políticas punitivas e mecanismos institucionais de proteção insuficientes a realizar jornadas cada vez mais perigosas. Com base nas informações coletadas por meio dos abrigos da RFM para migrantes, pedimos uma revisão do foco contínuo do México na militarização e criminalização de suas políticas migratórias, um caso emblemático de tendências mais amplas observadas no continente. Como parte do contínuo fortalecimento da rede, oferecemos apoio na documentação à equipe da RFM na Colômbia. Também facilitamos uma capacitação online para todas as equipes nacionais da RFM sobre o processo Cartagena +40, quando a rede considerou estratégico contribuir com esse processo, que busca fortalecer a proteção integral das pessoas deslocadas à força na América Latina e no Caribe.

/ Programa da África /



O programa África em poucas palavras

- Apoiou 10 grupos locais em 4 países diferentes.
- Recebeu 2 parceiros de Madagascar.
- Organizou 2 missões de capacitação para Madagascar e Uganda.
- Fez 3 declarações durante as sessões relevantes da ONU.
- Apresentou 3 relatórios à ONU, incluindo temas como migração induzida pelas mudanças climáticas em Madagascar, direitos das crianças em Uganda e graves violações de direitos humanos em Camarões.
- Publicou 1 documento de defesa para resumir nossas recomendações para a RPU de Madagascar.



Uganda



Embora existam salvaguardas legais e constitucionais para proteger os direitos de mulheres e meninas, muitas delas ainda são mal implementadas ou aplicadas. Estruturas patriarcais enraizadas, práticas tradicionais nocivas e pobreza extrema se combinam para expor as mulheres a uma série de violações de direitos humanos, incluindo mutilação genital feminina, casamentos forçados e precoces, e tráfico de pessoas. Com estruturas governamentais frágeis, frequentemente cabe à sociedade civil prestar apoio às vítimas.

A partir de 2021, os franciscanos em Uganda decidiram que seu trabalho local precisava ser novamente fortalecido ao levar essas questões à ONU, com o objetivo de pressionar o governo a agir. Após várias oficinas de fortalecimento de capacidades organizados pela FI, eles enviaram relatórios à Revisão Periódica Universal, ao Comitê de Direitos Humanos e ao Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Em setembro, a FI visitou Kampala para fazer um balanço dos esforços de incidência realizados até então e preparar um relatório para a revisão de Uganda pelo Comitê sobre os Direitos da Criança, como um canal adicional para compartilhar evidências e recomendações de políticas com o governo.



Madagascar

Períodos prolongados de seca e consequentes crises de fome no sul de Madagascar impulsionaram uma onda de migração interna para o norte, alimentando tensões crescentes entre as comunidades deslocadas e as comunidades de acolhida. Esse movimento populacional expôs graves deficiências na resposta do governo, tanto em relação às necessidades imediatas das comunidades quanto no enfrentamento das causas ambientais subjacentes que agravaram a crise. Em maio, a Comissão de Justiça, Paz e Integridade da Criação dos Franciscanos Seculares realizou uma série de entrevistas na região norte de Mahajanga para compreender melhor os desafios que se apresentam.

A FI viajou ao país pouco tempo depois para ajudar a conectar os resultados obtidos a oportunidades mais amplas de articulação e incidência, incluindo a próxima Revisão Periódica Universal (RPU) de Madagascar. Em novembro, recebemos dois jovens franciscanos seculares para participar das pré-sessões da RPU, falando como parte do painel da sociedade civil. Eles também puderam se reunir com várias missões permanentes em Genebra para detalhar as recomendações que haviam feito ao seu governo sobre migração induzida pelas mudanças climáticas, proteção ambiental e pobreza extrema.



Uganda
A Irmã Leonie Kindiki LSOF participa de uma reunião preparatória antes da revisão de Uganda pela Comissão dos Direitos da Criança.

Madagáscar
Jovens franciscanos durante uma oficina de capacitação em Antananarivo



Fabiola Todisoa OFS –

“Era essencial para mim estar lá.”

No extremo sul de Madagascar, a crise climática avança de forma lenta, mas implacável. Há anos, as comunidades enfrentam pobreza, insegurança alimentar e infraestrutura precária. Mas, nos últimos tempos, os efeitos das mudanças climáticas – especialmente as secas prolongadas e as chuvas cada vez mais irregulares – têm levado famílias a situações desesperadoras. Para escapar da fome, cada vez mais pessoas estão fugindo para o norte, aumentando a pressão sobre as comunidades de acolhimento e alimentando tensões.

“A migração interna é um tema que ainda não foi abordado durante a Revisão Periódica Universal de Madagascar,” diz Fabiola Todisoa, jovem leiga integrante da Comissão Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC) de Madagascar. “É importante falar sobre isso agora, porque muitos direitos humanos estão sendo comprometidos pela destruição ambiental.”

Fabiola viajou a Genebra em dezembro de 2024 para participar da pré-sessão da Revisão Periódica Universal, um mecanismo da ONU que examina a situação dos direitos humanos em cada país de forma rotativa. Ela foi selecionada para falar no painel da sociedade civil e apresentar uma declaração formal aos diplomatas, destacando as conexões entre as mudanças climáticas, o deslocamento populacional e o direito a um meio ambiente saudável.

“Muitas pessoas trabalharam para que eu pudesse me apresentar na ONU, e essas pessoas confiam em mim, então pode ser estressante”, comenta ela. “Era essencial para mim estar lá.”

Durante sua estadia em Genebra, Fabiola também se reuniu com missões diplomáticas e outros grupos da sociedade civil que atuam em questões semelhantes. Juntos, eles defenderam recomendações concretas ao governo de Madagascar, incluindo a necessidade de uma política de migração interna, proteções mais robustas para pessoas deslocadas e uma governança ambiental que leve em conta as necessidades das comunidades marginalizadas.

Para Fabiola, a experiência reforçou a importância da colaboração no trabalho de defesa: “Não podemos trabalhar sozinhos”, diz ela. Olhando para o futuro, ela espera que o diálogo que ajudou a abrir em Genebra leve a mudanças significativas em seu país. O primeiro marco foi alcançado. A migração interna foi mencionada pela primeira vez como uma questão de direitos humanos durante a RPU, e o governo aceitou trabalhar nas recomendações para fortalecer as políticas relevantes e tomar as medidas necessárias para proteger as pessoas deslocadas internamente e enfrentar os impactos das mudanças climáticas no país.

Julio Gonzalez –

“Somos uma democracia de fachada.”

Nas colinas secas do sudeste da Guatemala, a promessa de ouro não trouxe nada além de conflito. Há quase duas décadas, a mina Cerro Blanco, de propriedade canadense, paira sobre as comunidades de Asunción Mita, com seus túneis marcando a terra e ameaçando fontes vitais de água.

Julio Gonzalez, membro de longa data do coletivo ambiental Madre Selva, tem apoiado as comunidades locais em seus esforços para defender os recursos naturais e reivindicar seus direitos. “Muitos trabalhadores foram afetados fisicamente”, ele lembra. “As pessoas perderam a audição, sofreram acidentes, mas a mina simplesmente não cuidou delas.”

A mina Cerro Blanco foi inicialmente planejada como uma mina subterrânea, mas quando esse projeto fracassou, um novo proprietário propôs a mudança para extração a céu aberto usando a mesma licença. Esse projeto de mineração ameaça causar contaminação transfronteiriça do Lago Güija e do Rio Lempa, em El Salvador. “Não é apenas um problema local”, diz Julio. “O Rio Lempa fornece água para 4 ou 5 milhões de salvadorenos.”

Por meio do Madre Selva, Julio ajudou a construir um caso minucioso, que abrange desde recursos legais até monitoramento independente da água, além de testes de arsênio em ex-trabalhadores da mina e estudos sobre os impactos na saúde a longo prazo. “Quando uma mina fecha, o arsênio começa a aparecer na água potável, nos poços e nos rios”, diz ele. “Não desaparece”. Madre Selva também documentou falhas sistêmicas na supervisão da mineração na Guatemala. Apesar das exigências legais, as autoridades permitiram que as empresas evitassem a consulta às comunidades afetadas. “Hoje, o maior conflito social existente gira em torno de projetos autorizados pelo Estado, nos quais esses direitos foram violados”, diz Julio.

A colaboração de Julio com os franciscanos no caso da mina Cerro Blanco e em outros projetos de extração o levou a Genebra em 2024. No Conselho de Direitos Humanos, ele pôde denunciar a falta de consultas adequadas, os altos níveis de corrupção e os impactos das indústrias extrativas no meio ambiente de seu país. Julio Gonzalez – “Somos uma democracia de fachada.” “O poder não está do lado dos mais despossuídos. Está com as grandes empresas transnacionais.”

Apesar das ameaças, da criminalização e do subfinanciamento crônico, Madre Selva continua sua resistência. “Agradeço a oportunidade de trabalhar com os franciscanos, que me convidaram para vir aqui”, disse Julio. “Isso nos dá a chance de dizer o que temos a dizer, de tornar visíveis as arbitrariedades e os abusos cometidos por interesses corporativos. Esperamos que, aos poucos, a credibilidade seja restaurada nesses espaços internacionais.”



/ Programa das Américas /



México



Guatemala

A mineração tem causado uma ampla variedade de problemas na Guatemala, desde a contaminação da água até o aumento das tensões nas comunidades próximas. A corrupção generalizada e um sistema judiciário cooptado por interesses especiais restringem severamente os caminhos internos para a responsabilização e permitem a criminalização e o assédio de defensores de direitos humanos que atuam na proteção da terra e do meio ambiente.

Em maio, visitamos quatro comunidades locais, todas impactadas por operações de mineração, e participamos de uma oficina franciscana para os “Guardiões da Casa Comum”. As informações de primeira mão coletadas durante essa missão serviram de base para as intervenções subsequentes na ONU ao longo do ano. A FI também levou uma representante de base ao Conselho de Direitos Humanos em Genebra para destacar os desafios enfrentados pelos Povos Indígenas da Guatemala, que foram forçados a aceitar a presença de indústrias extrativas em seus territórios tradicionais sem seu consentimento livre, prévio e informado.



Panamá



Colômbia

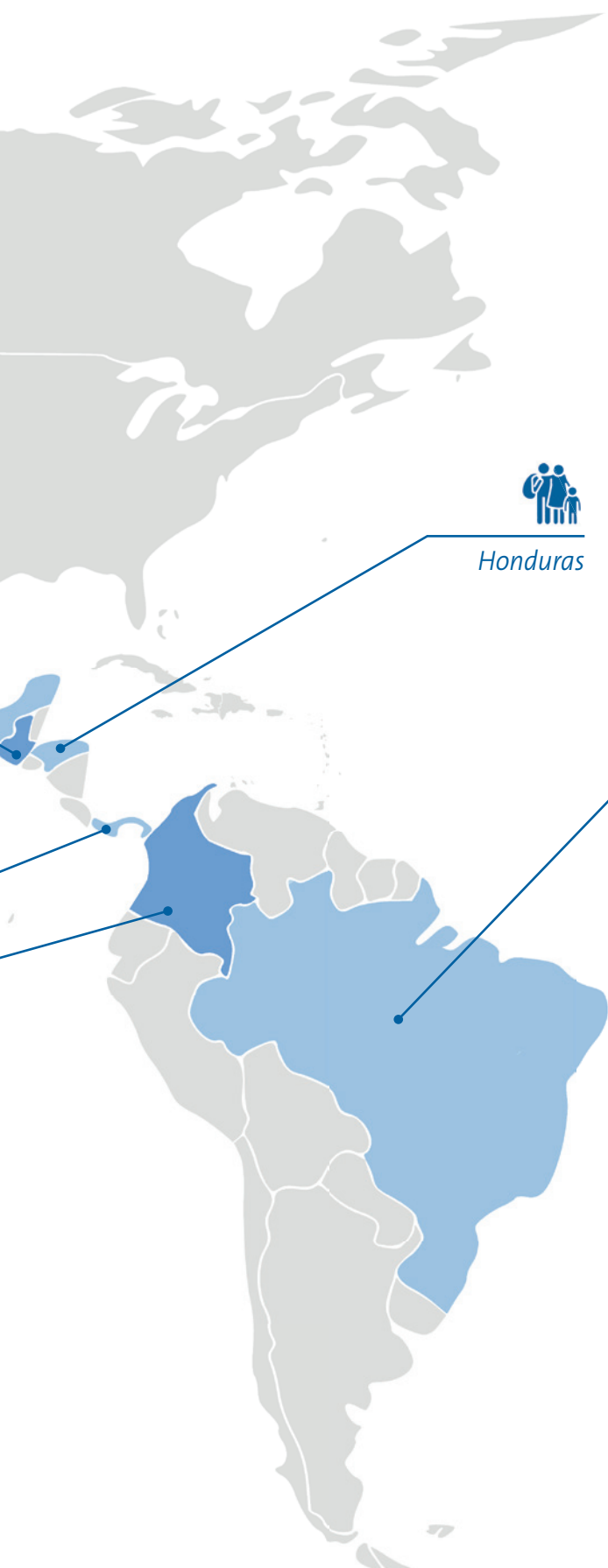
A Colômbia abriga atualmente cerca de 3 milhões de venezuelanos que cruzaram a fronteira fugindo da grave situação econômica e da repressão política. Apesar de o governo ter emitido permissões temporárias de proteção para a maioria desses migrantes, eles ainda enfrentam uma série de desafios, incluindo barreiras no acesso à saúde, discriminação e exploração. Adotando uma “cultura do encontro”, os franciscanos estão oferecendo a esses migrantes diversos tipos de apoio, que vão desde o suporte psicossocial até a construção e o fortalecimento de redes de solidariedade e ajuda mútua.

A partir dessas conexões, a Rede Franciscana para Migrantes (RFM) iniciou um projeto de pesquisa para compreender mais profundamente os desafios específicos enfrentados pelos migrantes venezuelanos. Em agosto, participamos junto a franciscanos em Armênia, Cali e Medellín de uma série de grupos focais. A publicação será finalizada e apresentada pela RFM em 2025 aos grupos venezuelanos e a outras partes interessadas em nível local e internacional.



Guatemala
Participantes durante a oficina de
“Guardiões da Nossa Casa Comum” em
San Juan Sacatepéquez

Colômbia
Franciscans International participa de
grupo focal com migrantes venezuelanos
em Medellín, Colômbia



Honduras



Brazil

O programa da África em poucas palavras

- Apoiou 8 grupos locais em 6 países diferentes.
- Recebeu 3 parceiros em Genebra do Brasil, Guatemala, México e Panamá.
- Realizou 2 missões em países como Colômbia e Guatemala.
- Apresentou 2 relatórios à ONU sobre os direitos dos migrantes no Brasil e sobre os direitos dos migrantes no México
- Fez 6 declarações durante as sessões relevantes da ONU.
- Organizou 3 eventos paralelos sobre a perseguição a defensores de direitos humanos e operadores de justiça na Guatemala, e sobre a Revisão Periódica Universal do México.
- Conduziu 1 oficina online sobre o processo Cartagena +40 para a Rede Franciscana para Migrantes.

/ Programa Ásia-Pacífico /



Sri Lanka

Seis anos após um ataque terrorista no Domingo de Páscoa que matou 296 pessoas, as vítimas sobreviventes ainda aguardam por justiça. Apesar de várias investigações, evidências de graves falhas por parte de importantes políticos e autoridades de segurança foram repetidamente ignoradas ou descartadas. Essa falta de responsabilização se insere em um clima geral de impunidade no Sri Lanka, que vai desde as violações de direitos humanos cometidas durante a guerra civil do país até a exploração e o abuso de trabalhadores das plantações de chá.

A FI mais uma vez acolheu o Cardeal Malcolm Ranjith, Arcebispo de Colombo, em Genebra, para falar em apoio a uma resolução do Conselho de Direitos Humanos que promove a reconciliação e a responsabilização no Sri Lanka. A resolução foi finalmente adotada e ampliou o mandato do Projeto de Responsabilização do Sri Lanka, encarregado de documentar e coletar depoimentos de testemunhas sobre graves violações de direitos humanos, incluindo aquelas relacionadas aos ataques do Domingo de Páscoa.

Programa Ásia-Pacífico em poucas palavras

- Apoiou 24 grupos locais em 5 países diferentes.
- Recebeu 5 parceiros em Genebra das Filipinas, Sri Lanka e Indonésia.
- Apoiou 1 parceiro para melhorar a fluência em inglês e 1 parceiro para um treinamento em direitos humanos.
- Realizou 1 missão na Indonésia, incluindo visitas estratégicas à Papua Ocidental, Jacarta e Suva (Fiji).
- Fez 13 declarações durante as sessões relevantes da ONU.
- Enviou 6 relatórios à ONU sobre a situação em Papua Ocidental, Ilhas Salomão e Filipinas.
- Realizou 1 oficina virtual para parceiros nas Ilhas Salomão para preparar a Revisão Periódica Universal do país.
- Organizou 2 eventos paralelos sobre execuções extrajudiciais em Papua Ocidental e nas Filipinas.



Mianmar



Filipinas



Indonésia

A crise de direitos humanos em Papua Ocidental persiste sem sinais de trégua, com violações contínuas que incluem execuções extrajudiciais, deslocamentos internos devido a conflitos armados, restrições às liberdades civis e, mais recentemente, um número crescente de casos de apropriação de terras para o desenvolvimento de plantações de dendê e outras formas de monocultura. Como o acesso de organizações humanitárias, jornalistas e observadores internacionais continua restrito, os franciscanos e outros grupos religiosos estão entre os poucos que conseguem documentar a situação e prestar ajuda às pessoas deslocadas por conflitos e projetos de desenvolvimento.

A FI recebeu o Frei Alexandro Rangga OFM em Genebra para destacar essas questões durante a análise da Indonésia pelo Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e pelo Comitê da ONU sobre Direitos Civis e Políticos. Enquanto isso, os franciscanos também iniciaram novos esforços para fortalecer nossa atuação de defesa em toda a região do Pacífico. Em Fiji, nos reunimos com representantes da sociedade civil e de organizações religiosas como primeiro passo para pressionar os governos da região a abordarem de forma consistente as violações de direitos humanos em Papua Ocidental em reuniões bilaterais e fóruns internacionais.



Sri Lanka
Padre Everest Dias Anthonyaiah faz
declaração ao Conselho de Direitos
Humanos

Indonésia
Franciscans International se reúne com
Peter Loy Chong, Arcebispo de Suva



Ilhas Salomão



José Rico OFM Cap – “Quando a natureza é pisoteada e explorada, quem sofre as consequências?”

Conhecida como “a Amazônia dos oceanos”, a Passagem da Ilha Verde é uma área de extrema biodiversidade, tanto em terra quanto no mar. Durante gerações, as comunidades locais tiraram seu sustento das praias, contando com os ricos estoques de peixes e os turistas atraídos pelas praias intocadas. Hoje, esse modo de vida está em risco: as autoridades nas Filipinas estão planejando uma grande expansão da infraestrutura de Gás Natural Liquefeito (GNL) na região. Embora o governo afirme que isso impulsionará o crescimento econômico e ajudará o país a se afastar do carvão, o povo de Santa Clara sabe quão alto pode ser o verdadeiro preço do desenvolvimento.

Desde que um terminal de GNL foi construído na orla dessa pequena comunidade pesqueira, navios-tanque transportando combustível do Japão e dos Estados do Golfo passaram a ficar permanentemente ancorados em suas margens. O fundo do mar foi dragado para permitir o acesso desses navios gigantes, destruindo as áreas de pesca. Apesar das alegações das autoridades locais de que as usinas de GNL são seguras, os casos de doenças pulmonares em Santa Clara dispararam.

“Quando a natureza é pisoteada e explorada, quem sofre as consequências?” São os pobres. “São as pessoas simples que sofrem quando o foco está nas grandes empresas que só se preocupam em enriquecer,” diz o Frei José Rico OFM Cap, uma presença conhecida em Santa Clara. “Eles construíram essas usinas para abastecer toda a região de Batangas, mas as pessoas que vivem ao lado delas não têm acesso à energia. É um grande contraste, uma contradição.”

Enquanto as Filipinas adotaram o GNL como um “combustível de transição”, não há um plano claro para o que virá do outro lado. A sociedade civil preencheu o vácuo atual com planos de instalar painéis solares em 10 milhões de telhados. Os franciscanos e seus aliados também começaram a exercer pressão internacional para interromper o desenvolvimento de novas usinas de GNL, destacando os riscos nas Nações Unidas e por meio do ativismo acionário, com foco nos bancos que financiam esses projetos.

“Ainda há esperança de que a responsabilização surja. “Ainda há lugares intocados”, diz o irmão José. “Há pessoas simples, com um estilo de vida simples que não vai destruir a beleza deste lugar. Talvez no futuro, quando a energia do GNL estiver esgotada e energia alternativa for usada, este lugar possa ser um modelo.”

Abigail Martin – “Não estamos entre os piores do mundo, mas a situação é grave.”

Após o referendo do Brexit e sua promessa de "retomar o controle", o Reino Unido liderou a adoção de algumas das políticas migratórias mais severas da Europa. “Era uma política do Partido Conservador tornar nosso país ‘hostil aos refugiados’. É incrível que eles realmente usaram essas palavras, e tinham orgulho disso”, diz Abigail Martin, líder do St Chad Sanctuary em Birmingham. “Eles enfrentaram alguma reação negativa e mudaram o nome. Mas desde então, as coisas só pioraram.”

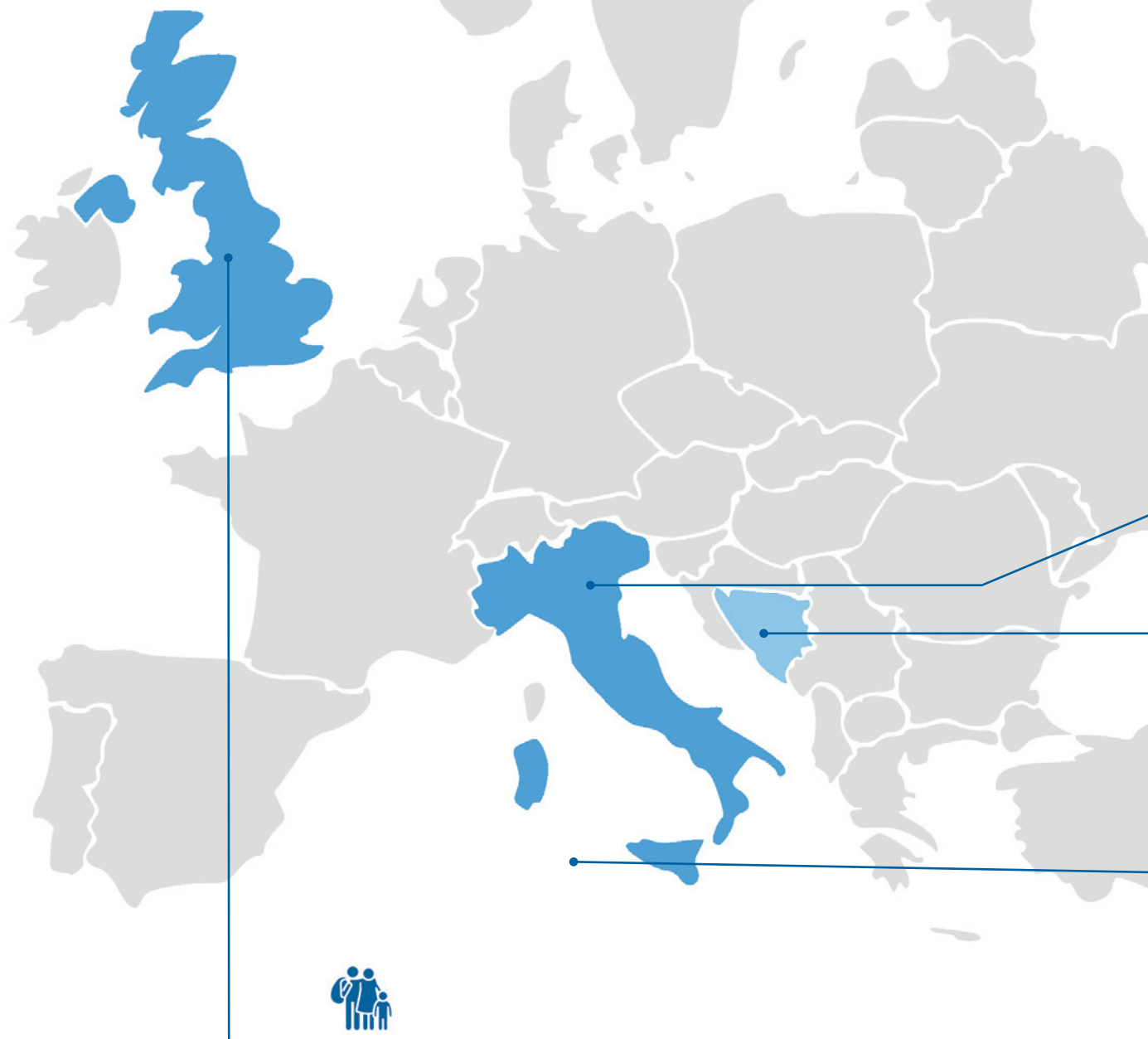


Solicitantes de asilo no Reino Unido recebem apenas nove libras por dia para viver. Enquanto seus pedidos estão sendo analisados, eles não têm permissão para trabalhar, frequentar a faculdade ou sequer estudar inglês. Embora uma decisão final sobre os pedidos de asilo devesse ser tomada em até seis meses, o sistema de imigração se tornou tão disfuncional que o governo simplesmente abandonou esse prazo, deixando as pessoas em um limbo por anos. Junto com seis funcionários e cem voluntários – incluindo alguns irmãos franciscanos – Abigail acolheu mais de 2.000 migrantes no St Chad's em 2024, oferecendo itens básicos de necessidade, cursos de inglês e oportunidades de voluntariado.

As tentativas de desencorajar migrantes culminaram no chamado plano de Ruanda. Segundo esse plano, os solicitantes de asilo seriam deportados para o pequeno país da África Oriental enquanto seus pedidos fossem analisados. Embora os voos de deportação tenham sido repetidamente bloqueados, ondas repentinas de prisões causaram medo e caos. A política violava tratados internacionais e europeus, assim como uma decisão da própria Suprema Corte do Reino Unido, mas o governo insistiu em mantê-la. Com a ajuda da Franciscans International, Abigail recorreu às Nações Unidas, denunciando a política no Conselho de Direitos Humanos.

“Estamos tentando ajudar as pessoas, mas somos constantemente derrotados. Sentíamos como se o governo estivesse nos sufocando, mas talvez haja alguém acima deles que esteja disposto a ouvir,” diz ela. “Todos em St. Chad se sentiram encorajados com a ideia de que talvez pudéssemos lembrar ao mundo que, embora não sejamos o pior lugar do mundo, a situação aqui é grave.”

/ Programa Europa /



Reino Unido

Ao longo do ano, a FI denunciou diversos projetos de lei propostos pelo governo britânico que entravam em conflito com as próprias leis nacionais do país e com suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. A Lei do Legado teria dificultado a responsabilização em favor das vítimas na Irlanda do Norte ao limitar futuras investigações e ações judiciais relacionadas às mortes ocorridas durante o período dos Conflitos. Enquanto isso, a Lei de Migração e a Lei de Segurança de Ruanda permitiriam a deportação de solicitantes de asilo para o Leste da África.

Diante da falta de resposta das autoridades à atuação local, a FI convidou Abigail Martin, do St. Chad's Sanctuary, para falar durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos em junho. Com base em sua experiência direta trabalhando com migrantes e refugiados, ela transmitiu o clima de medo que essas propostas de políticas já haviam instaurado. O novo governo, eleito em julho, comprometeu-se a revogar a Lei de Segurança de Ruanda.

O programa Europa em poucas palavras

- Apoiou 6 grupos locais em 3 países diferentes.
- Recebeu 3 parceiros em Genebra da Itália, Bósnia e Herzegovina e Reino Unido.
- Realizou 2 missões em países como Itália e Marrocos.
- Fez 3 declarações durante as sessões relevantes da ONU.
- Apresentou 3 relatórios à ONU antes das Revisões Periódicas Universais da Itália e da Bósnia e Herzegovina, e sobre a questão dos migrantes desaparecidos no Mediterrâneo.



Itália

Em abril, a FI organizou uma consulta em Assis com representantes de franciscanos de diferentes regiões para fazer um balanço das questões de direitos humanos que os franciscanos na Itália já vinham abordando por meio de seus ministérios locais e explorar como esses esforços poderiam se beneficiar da atuação de defesa junto à ONU. Em uma oficina de dois dias, os participantes identificaram quatro áreas prioritárias: os direitos das pessoas privadas de liberdade, o acesso a serviços públicos de saúde, o cuidado com as florestas italianas e os direitos dos migrantes.



Após essa oficina, a família franciscana na Itália colaborou de perto com a FI para consolidar as informações compartilhadas e desenvolver recomendações concretas para enfrentar os desafios identificados. Os resultados foram então apresentados antes da Revisão Periódica Universal (RPU) da Itália em 2025, um mecanismo por meio do qual os registros de direitos humanos de todos os Estados-Membros da ONU são periodicamente examinados. Em novembro, a FI recebeu a Irmã Charity Nkandu SFMA em Genebra para participar das pré-sessões da RPU e compartilhar diretamente com diplomatas e outras partes interessadas as recomendações franciscanas.



Bósnia e Herzegovina



Região mediterrânea

Reino Unido
Abigail Martin ministra um curso no
Santuário de St Chad em Birmingham

Itália
Irmãs e irmãos franciscanos em Assis se
preparam para a Revisão Periódica
Universal da Itália.

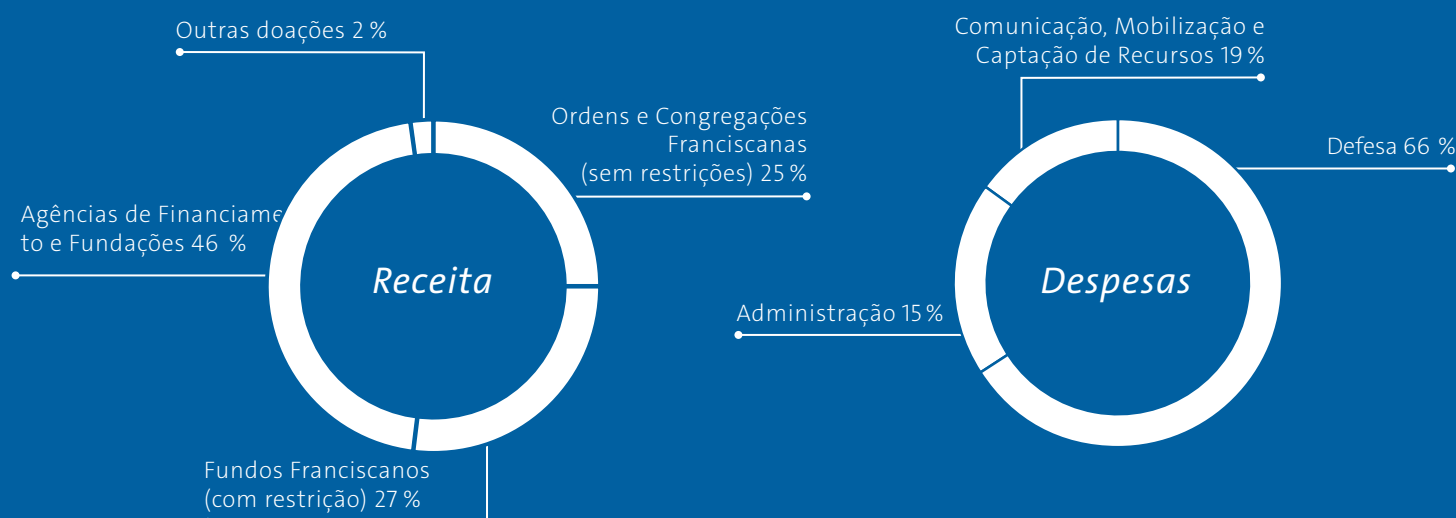
Relatório financeiro 2024

Revisado por PricewaterhouseCoopers SA

<i>Receita</i>	<i>1.311.577 CHF</i>
Ordens e Congregações Franciscanas (sem restrições)	323.862
Fundos Franciscanos (com restrição)	349.591
Agências de Financiamento e Fundações	609.655
Outras doações	28.469

<i>Despesas</i>	<i>1.271.753 CHF</i>
Defesa	834.296
Comunicação, Mobilização e Captação de Recursos	239.828
Administração	197.629

Total de receitas e despesas não operacionais	46.31
---	-------



Ajude-nos a proteger a dignidade humana e o meio ambiente

A Franciscans International depende inteiramente de doações de ordens, províncias e congregações franciscanas, agências e instituições financiadoras, paróquias e pessoas sensíveis aos valores franciscanos de solidariedade, paz, justiça social e respeito ao meio ambiente.

Faça a diferença com sua doação e ajude-nos a proteger a dignidade humana e o meio ambiente.

Para doar, você pode:

- Acesse www.franciscansinternational.org/donate
- Envie uma transferência bancária:
Nome do titular da conta: Franciscans International
Endereço do titular da conta: Rue de Vermont 37–39, CH 1202 Geneva

Nome do banco: UBS SA
Endereço: Route de Florissant 59, CH 1206 Geneva
SWIFT/BIC: UBSWCHZH80A
IBAN: CH69 0024 0240 3573 8401 F
- Se estiver nos Estados Unidos, você também pode fazer um cheque nominal a:
Franciscans International
246 East 46th Street #1F 1F
NY 10017-2937, Nova York
United States



A Franciscans International é uma organização sem fins lucrativos devidamente registrada. As doações são dedutíveis de impostos na Suíça, nos Estados Unidos e na Alemanha. Para obter mais informações sobre como apoiar nosso trabalho, entre em contato com donations@franciscansinternational.org

Agradecimento aos doadores

A Franciscans International deseja expressar sua sincera gratidão às ordens, províncias, congregações franciscanas e a todos os doadores individuais pelo apoio inestimável a este Ministério Comum.

Agradecemos também às seguintes entidades financiadoras pelo seu generoso financiamento em 2024: Brot für die Welt (Alemanha), Dreikönigsaktion (Áustria), Fastenaktion (Suíça), Franciscan Missions (Estados Unidos), Franziskaner Helfen (Alemanha), Franziskaner Mission (Alemanha), Miseen Cara (Irlanda), Misereor (Alemanha), Rose Marie Khoo Foundation (Singapura/Suíça), Sacred Heart Charitable Fund (Estados Unidos) e Trócaire (Irlanda).

Equipe de funcionários

Blair Matheson TSSF

Diretor-executivo

Budi Tjahjono

Diretor de Incidência Internacional

Cédric Chatelanat

Gerente de Desenvolvimento
Institucional

Cynthia Bringollet

Associada de Gestão de Projetos e
Comunicações

James Donegan OFMCap

Oficial de ligação

Marya Farah

Representante nas Nações Unidas
(Nova Iorque)

Thomas Kleinveld

Diretor de Comunicações

Lourdes Briones

Diretora Financeira

Gyan Kothari

Coordenador do Programa Ásia-
Pacífico

Eunan McMullan OFM

Coordenador do Programa
Europa

Panuga Pulenthiran

Coordenadora do Programa
África

Olivia Solari Yrigoyen

Coordenadora do Programa das
Américas

Marie Demmler

Estagiária

Cristofer Fernández OFMConv

Estagiário

Conselho Diretor Internacional

Michael Perry OFM

Representante da Ordem dos Frades
Menores

Vicente Imhof OFMConv

Representante da Ordem dos
Frades Menores Conventuais

Benedict Ayodi OFMCap

Representante da Ordem dos
Frades Menores Capuchinhos

José Eduardo Jazo Tarín TOR

Representante da Terceira Ordem
Regular de São Francisco

Charity Lydia Katongo Nkandu SFMA

Representante da Conferência Franciscana Internacional das Irmãs e
Irmãos da Terceira Ordem Regular de São Francisco

Carolyn D. Townes OFS

Representante da Ordem
Franciscana Secular

Christopher John SSF

Representante da Sociedade de
São Francisco

Blair Matheson TSSF

Diretor Executivo da
Franciscans International

Nossa visão

Uma comunidade global na qual a dignidade de cada pessoa é respeitada, os recursos são compartilhados de forma equitativa, o meio ambiente é preservado e as nações e os povos vivem em paz.

Nossa missão

Por meio de uma abordagem baseada em direitos, a Franciscans International defende nas Nações Unidas a proteção da dignidade humana e da justiça ambiental.



Franciscans International
A voice at the United Nations

Genebra

37–39 Rue de Vermont, Caixa Postal 104, CH-1211 Genebra 20, Suíça,
+41 22 779 40 10 / geneva@franciscansinternational.org

Nova York

246 East 46th Street #1F 1F, Nova York, NY 10017-2927, Estados Unidos
+1 (917) 675 10 70 / newyork@franciscansinternational.org

www.franciscansinternational.org

